



Uma análise sobre a representação indígena nas ocupações do território Yvy Katu pelo cibermeio Campo Grande News¹

Everson Umada MONTEIRO²

Carolina da Silva COSTA³

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS

Resumo

O artigo tem por objetivo fazer um estudo de caso da representação dos conflitos indígenas pelo cibermeio Campo Grande News. O recorte temporal se dá no período de ocupações dos índios da aldeia Porto Lindo em outubro de 2013 a janeiro de 2014 na cidade de Japorã-MS onde os índios buscam a retomada de posse de seu território original chamado Yvy Katu. A análise baseou-se em um estudo quantitativo das matérias que demonstrou a imparcialidade do cibermeio ao apresentar o discurso ruralista na maioria das notícias. A falta da ótica indígena sobre o conflito amplia o preconceito frente ao tema, o que faz com que o cibermeio seja mais uma barreira para a sua superação.

Palavras-chave: Campo Grande News; Ciberjornalismo; conflitos; indígenas; Japorã.

Introdução

O Estado de Mato Grosso do Sul abriga uma das maiores populações indígenas do Brasil. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴, 73.295 índios residem no estado, o que representa 9% dos indígenas do país.

Atualmente, o maior desafio enfrentado por estes povos encontra-se na falta de posse do seu território tradicional. A perda dos territórios tradicionais teve início com a ocupação do sul do antigo estado do Mato Grosso, atual território sul-mato-grossense, por não-índios no século XVIII. O poder público desconsiderou as populações indígenas locais, classificando estas terras como “espaço vazio”; que fez com que estas comunidades fossem expropriadas de suas terras e alocadas em áreas remarcadas não tradicionais a estes povos. (BRAND, 2004, p. 138-139)

¹ Trabalho apresentado no DT7 - Comunicação, Espaço e Cidadania do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 4 a 6 de junho de 2015.

² Mestrando em Comunicação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, email: eversonum@gmail.com

³ Mestranda em Comunicação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, email: carolcosta-22@hotmail.com

⁴ Dados do Censo 2010 realizado pelo IBGE. Disponível em <http://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf>. Acesso em 10/03/2015.



Para um maior entendimento da questão indígena, torna-se necessário compreender a relação dos índios com suas terras originárias. Se para os não indígenas a terra possui uma relação predominantemente econômica, para os povos tradicionais a terra está relacionada ao seu grau de pertencimento. A terra, portanto, torna-se um elemento que vai além da subsistência, que dá suporte à vida social através de sua ligação direta com as crenças e conhecimentos indígenas e a transforma em um recurso sócio-cultural (RAMOS, 1999, p.13).

Devido a tal fato, para os índios a terra é algo sagrado e necessário à sua existência, fator que sem o qual este tem por perda sua identidade, diferente da visão de lucro pregada pelo sistema global capitalista.

Com a redemocratização do Brasil, a Constituição Federal de 1988⁵ assegurou o direito originário às terras indígenas. Porém, o processo de demarcação é moroso, o que acirra ainda mais os conflitos entre índios e fazendeiros. Só em 2013, o relatório “Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – 2013”⁶, divulgado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), registrou no estado 33 vítimas de assassinatos, 16 casos de tentativa de assassinato, 50 vítimas de suicídio e 90 vítimas de mortalidade na infância, o que coloca Mato Grosso do Sul como o estado com maior número de violações aos direitos indígenas e o principal foco de conflitos desta categoria.

Diante de tantos acontecimentos, o tema cotidianamente é foco em noticiários regionais, nacionais e internacionais. Neste cenário, imprescindível se faz o desenvolvimento de pesquisas que analisem a abordagem que os meios de comunicação de massa realizam frente a questões sociais, objetivando, assim, contribuir para que a comunicação social não seja mais um elemento que reforce todos os (pre)conceitos existentes a respeito das populações indígenas.

O fator problemático das notícias na construção do imaginário coletivo sobre a questão indígena encontra-se no desvirtuamento das informações ali abordadas. Gallois (2004, p.37), diz que: “[...] o enfoque da mídia nos conflitos entre índios e ocupantes não-indígenas procura quase sempre caracterizar como provas de sua ‘aculturação’ o engajamento dos índios em atividades antes monopolizadas pelos não-índios ou sua

⁵ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em 10/03/2015.

⁶ Relatório “Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – 2013”. Disponível em <http://www.cimi.org.br/pub/Relatviolenciado2013.pdf>. Acesso em 10/03/2015.



articulação à economia regional.” Portanto, apesar de denunciar as tensões entre fazendeiros e índios, as matérias não apresentam uma perspectiva histórica dos conflitos, sem remetê-las às suas origens e fundamentos. Ainda, utilizam-se de termos pejorativos ao se referirem aos indígenas, como “invasão”, “violentos”, entre outros, que direcionam o julgamento do leitor para um determinado posicionamento, dificultam a reflexão sobre o assunto.

Com a constante exposição do tema, a mídia exerce influência na formação de opiniões, de valores e estilos de vida da sociedade, o que constrói um senso comum sobre o tema. Através de seu conteúdo, as mídias criam representações sociais que influenciam no julgamento da população. De acordo com Moscovici (2009, p. 8) “[...] as representações sociais sustentadas pelas influências sociais da comunicação constituem a realidade de nossas vidas cotidianas e servem como o principal meio para estabelecer as associações com as quais nós nos ligamos uns aos outros.” De tal modo, as representações sociais nos faz perceber o mundo tal como é através de uma ótica já formada pela sociedade, determinada por aquilo que é socialmente aceito como realidade. Além disso, o discurso dos meios de comunicação podem balizar as representações que a sociedade tem sobre o assunto, podendo implicar nas ações políticas com base em concepções vinculadas na imprensa.

Atualmente, a internet tornou-se uma forma comum de busca de informação. Sua capacidade de interação associada ao livre acesso e ao baixo custo permitiu com que a comunicação expandisse suas fronteiras. Castells (2010, p. 286) diz que a “internet é sociedade, expressa os processos sociais, os interesses sociais, os valores sociais, as instituições sociais.” Assim, ela representa a realidade contemporânea e interfere na interpretação dos fatos. O autor também afirma que a internet não muda comportamentos, mas sim “[...] os comportamentos apropriam-se da internet, amplificam e potencializam-se a partir do que são.” Por isso, ao tratar da questão indígena os cibermeios ganham relevância na construção das representações sociais deste povo, o que pode ajudar ou prejudicar a solução do problema.

Com o objetivo de avaliar a cobertura jornalística dos cibermeios regionais, o presente estudo propõe uma análise do portal de notícias Campo Grande News⁷ com base nas matérias sobre os conflitos ocorridos na tomada de posse das terras indígenas Yvy Katu em Japorã por índio da etnia Guarani e Kaiowa no período de outubro de

⁷ Endereço do portal: <www.campograndenews.com.br>.



2013. A análise proposta visa avaliar quantitativamente as notícias divulgadas sobre o assunto.

1. Ocupações das terras indígenas Yvy Katu em Japorã

De acordo com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi)⁸, o território de Yvy Katu ocupa uma área de 9.494 hectares dos municípios de Japorã e Iguatemi em Mato Grosso do Sul. O processo demarcatório destas terras começou em 1982 pela Fundação Nacional do Índio anos e teve interrupções devido a recursos judiciais. A posse permanente da Terra Indígena Yvy Katu foi reconhecida em junho de 2005 através da Portaria nº 1289/2005⁹. Entretanto, a posse ainda não foi homologada pela Presidência da República, o que fez com que esta população ocupassem apenas 10% desta área, direito que foi garantido por força de decisão judicial. Atualmente, esta é habitada pela aldeia Porto Lindo.

Os conflitos de terra na região tiveram início em 2003, onde a superpopulação e a falta de espaço da aldeia fez com que os Guaranis iniciassem a retomada de seu território original no dia 17 de dezembro de 2003. Durante dois meses, os Guaranis permaneceram no controle da terra e seu protesto entrou em foco nas mídias de todo o país. As ocupações resultaram em um aumento do território da aldeia, expedida pelo juiz federal Odilon de Oliveira, no dia 14 de janeiro. (LANDA, 2005)

O objeto de estudo deste artigo encontra-se nas retomadas de posse realizadas no período de 14 de outubro de 2013 a 23 de janeiro de 2014. Os relatos são recortes da cobertura jornalística dos cibermeios Campo Grande News e Cimi¹⁰. Estas ocupações tiveram início no começo de outubro de 2013 com a ampliação do território já habitado pela tribo. No dia 25 de outubro, os índios ocuparam duas fazendas e, entre os dias 26 e 28, mais 12 propriedades foram retomadas. Em 23 de janeiro de 2014, os índios tomaram posse de mais uma fazenda em Japorã.

⁸ Disponível em <http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=7767&action=read>. Acesso em 20/03/2015.

⁹ Disponível em <<http://portal.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID=%7B06A5C0FC-ED22-47D2-8352-EC0AB7B5CDD2%7D&ServiceInstUID=%7BD6C72126-D51F-49AD-8AE2-B973CA502326%7D>> Acesso em 10/03/2015.

¹⁰ Portal do Conselho Indigenista Missionário. Disponível em: <<http://cimi.org.br/>>.



Em decorrência de tais fatos, fazendeiros e produtores agrícolas das propriedades envolvidas iniciaram protestos exigindo dos órgãos públicos medidas para resolver a questão. Entre os protestos, houve a realização de um leilão em prol dos fazendeiros, intitulado “Leilão da Resistência”, onde o dinheiro do evento seria utilizado para melhorar a segurança da região através da contratação de uma empresa de segurança. O leilão teve o apoio da senadora em vigência Kátia Abreu, o que ampliou a repercussão do caso.

Para entender e analisar como foi realizada a cobertura jornalística do conflito em questão, o presente artigo toma como objeto de estudo a cobertura do cibermeio Campo Grande News frente ao acontecimento. A escolha deste portal justifica-se devido sua relevância regional, já que é um dos portais locais mais acessados no estado de Mato Grosso do Sul.

2. Análises e discussões das notícias veiculadas no cibermeio Campo Grande News

Estudar como a mídia transcreve os conflitos de demarcações indígenas é uma missão difícil, pois como afirma Boaventura (SANTOS, 1999, p. 197): “Vivendo nós no início do milênio num mundo onde há tanto para criticar, porque se tornou tão difícil produzir uma teoria crítica?”

Por teoria crítica, o autor entende tudo aquilo que não limita a realidade aquilo que está posto. A realidade, qualquer que seja o modo como é concebida, nada mais é que um campo de possibilidades (SANTOS, 1999, p. 197). Nesta pesquisa, a teoria crítica se funda na perspectiva de que, mesmo com a conquista do direito às suas terras pela Constituição Federal, suas demarcações ainda são insuficientes. De acordo com o Cimi¹¹, apenas 38% dos territórios indígenas nacionais estão regularizados. Com a omissão da União frente ao problema, as comunidades acabaram isoladas em reservas pequenas ou em barracos ao lado de rodovias, ambas em condições precárias de subsistência. Em consequência de tal atitude, as ocupações tornaram-se constantes, já

¹¹ Relatório – Violência contra os povos indígenas no Brasil – 2013. Disponível em <http://cimi.org.br/pub/RelatorioViolencia_dados_2013.pdf> Acesso em 10/04/2015.



que as mesmas são vistas como única forma de reaver este elemento constitutivo de sua cultura: a terra.

Para melhor visualizar a cobertura jornalística do Campo Grande News, dividimos as análises por categorias a seguir descritas.

2.1. Editoriais

O cibermeio Campo Grande News abordou o conflito de Japorã durante o período de 14 de outubro de 2013 a 1 de fevereiro de 2014. No total, foram 40 publicações em diversas editoriais. A tabela 1 apresenta a divisão das notícias por editoriais.

Tabela 1 – Editoriais das notícias do Campo Grande News sobre os conflitos indígenas em Japorã – MS no período entre outubro de 2013 a janeiro de 2014.

Editorias	Quantidade de matérias
Artigos	2
Capital	1
Cidades	7
Interior	22
Lado B	1
Política	1
Rural	6

Como podemos observar, houve uma predominância de notícias no editorial “Interior”. “Cidades” ocupa o segundo lugar, apresentando, em sua maioria, opiniões de entidades de classes ou pessoas públicas sobre o assunto. Em seguida, encontra-se a seção “Rural”, abordando os posicionamentos dos produtores agrícolas frente ao assunto. Em “Artigos”, foram veiculados dois textos, seguido de “Capital”, “Lado B” e “Política”, cada uma com uma matéria sobre o caso.



2.2. Títulos das matérias

Entre as 40 notícias publicadas no período de análise, foi verificado a utilização do termo “invasão” e seus derivativos em 19 títulos, o que representa 47,5% do total. Não há a citação do termo “ocupação” em nenhum dos títulos, apenas o termo “desocupação” é citado uma vez.

Ao utilizar o termo “invasão”, a notícia em si traz em si uma determinação sobre qual lado está correto ou não, afinal, na visão do índio tal atitude decorre de uma apropriação daquilo que é direito. E se visto pela ótica do índio, o cenário é invertido e o proprietário rural acaba como o invasor. Com base na utilização deste termo, o cibermeio já apresenta ao leitor quem está certo e quem está errado, demonstrando a falta de imparcialidade da notícia. Além disso, todas as notícias veiculadas durante o período das ocupações utilizaram este termo em seus títulos, fato que demonstra o predomínio do discurso ruralista na cobertura do cibermeio.

Tal fato demonstra que as premissas existentes desde o período colonial, onde o colonizador é visto como superior ao colonizado. Denúncia que Boaventura faz através da epistemologia, quando afirma que apesar de a modernidade dar um ar de superação do colonialismo, pouco mudou, principalmente quando se fala de exclusão social, assim, afirma que “[...] esta realidade é tão verdadeira hoje como era no período colonial.” (SANTOS, 2007, p. 76). O autor enfatiza que o entendimento “abissal”¹² que predominou nas eras Coloniais ainda sobrevivem no pensamento moderno ocidental, o que faz com que a mesma esteja presente nas organizações das relações políticas e culturais excludentes na sociedade contemporânea (SANTOS, 2007, p. 71).

Quando grupos dominantes conquistam o aval da sociedade sobre uma ideologia, estes adquirem permissão para uma pletora de pontos de vista, óticas de mundo, de senso comum e representações sociais que guia para um determinado propósito (SODRÉ, 2010, p.22). Com isto, desenvolveu-se uma hegemonia epistêmica que suprime e exclui diversidades culturais e de saberes.

Martín-Barbero (2010, p.63) diz que os meios de comunicação “[...] não apenas reproduz ideologia, mas também se faz e refaz a cultura das maiorias, não somente se

¹² De acordo com Boaventura, uma das características principais do pensamento “abissal” é a “[...] a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha.”. Ou seja, esta distinção divide a realidade social em dois lados, fazendo que o “outro lado da linha” desapareça. (SANTOS, 2007, p. 71).



comercializam formatos, mas recriam-se as narrativas nas quais se entrelaça o imaginário mercantil com a memória coletiva.” Portanto, ao colocar o indígena como invasor, violento, conflituoso, questionador de uma realidade histórica, a mídia nada mais faz que estabelecer uma estrutura de relevâncias para o leitor que ampliam significados de modo mediatizado. Cria-se, então, preceitos que sugerem os objetivos e as normas pelas quais os indivíduos e as coletividades irão seguir (CORREIA, 2005, p. 127). Devido a tal fato, ao mediar as informações conforme seus critérios de valor, as notícias acabam modulando o conhecimento dos fatos.

2.3. Conteúdo das notícias

As matérias publicadas sobre os conflitos demonstram posicionamentos a favor dos personagens envolvidos. Para melhor elucidação de tal fato, as notícias foram analisadas com o intuito de identificar e evidenciaram os lados dos discursos presentes. O resultado pode ser visto na tabela 2.

Tabela 2 – Posicionamentos das notícias do Campo Grande News sobre as ocupações indígenas em Japorã – MS no período entre outubro de 2013 a janeiro de 2014.

Posicionamento	Quantidade	%
Indígena	6	15
Ruralista	24	60
Neutro	2	5
Duas vozes	1	2,5
Determinação Judicial	7	17,5

Como pode ser observado, mais da metade das matérias utilizara o discurso dos ruralistas (60%) para narrar o fato. Isto demonstra que as mídias, ao dar voz à apenas uma vertente, não permite uma maior interpretação dos conflitos indígenas, o que pode agravar estereótipos e dificultar a real compreensão e solução do conflito.



Esta disparidade é citada por José Arbex Junior (2010, p.385), no qual afirma que o monopólio midiático não permite que ocorra um “debate plural e democrático das ideias, torna invisível [...] atores e movimentos sociais, padroniza comportamentos, constrói percepções e consensos segundo critérios e métodos não transparente e não submetidos ao controle das sociedades.” Ainda, diz que “a mídia não apenas propaga a violência, como constitui, ela própria, um componente da violência organizada pelas elites contra a nação.” Dessa maneira, os meios de comunicação podem ditar pensamentos e, conseqüentemente, comportamentos que discriminam e enfraquecem os discursos das minorias.

Também foram analisadas as citações de fala utilizadas na construção das matérias. O resultado desta análise encontra-se na tabela 3.

Tabela 3 – Citações dos personagens das partes envolvidas nos conflitos de terra em Japorã – MS no período entre outubro de 2013 a janeiro de 2014.

Citações	Quantidade	%
Indígenas	3	7,5
Ruralistas	20	50
Entidade ou pessoa pública em favor dos índios	4	10
Entidade ou pessoa pública em favor dos ruralistas	6	15
Matérias sem citações	2	5
Matérias sobre decisões judiciais	8	20
Matérias com opiniões de ambos os lados	1	2,5

Os dados evidenciam o predomínio de posicionamentos contrários aos indígenas. Enquanto a soma de citações dos indígenas com as falas de entidades ou pessoas públicas em seu favor representam 17,5% das notícias, a dos fazendeiros representam mais da metade (65%). Ao entrar na discussão sobre os conflitos de terra



sem dar voz às identidades indígenas, as matérias ocultam o preconceito e a intolerância cultural (LOUREIRO, 2009, p. 125). Portanto, o cibermeio demonstra uma postura favorável à classe ruralista, utilizando-se da ótica integracionista e capitalista para descrever o caso.

As consequências de tal ato são refletidas nas representações sociais de um povo, onde a construção de estereótipos desvirtua e direciona as pessoas a um determinado julgamento, como descrito por Moscovici (2009, p. 37):

[...] todos os sistemas de classificação, todas as imagens e todas as descrições que circulam dentro de uma sociedade, mesmo as descrições científicas, implicam um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação na memória coletiva e uma reprodução na linguagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento anterior e que quebra as amarras da informação presente.

Tal afirmativa pode ser reforçada através da teoria das Epistemologias do Sul de Boaventura, no qual consiste em denunciar um conjunto de intervenções epistemológicas que suprem os saberes através da norma epistemológica dominante, que valoriza “[...] os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos.” (SANTOS; MENESES, 2010, p. 7) Isto demonstra que a diversidade cultural diariamente passa por uma tentativa de supressão pelas perspectivas capitalista e colonialista ao longo da história.

Vale salientar que na sociedade atual, os meios de comunicação criam valores e modelos de comportamento. Isto decorre devido a dominância da mídia frente à cultura contemporânea, o que a transforma em pedagogia cultural não percebida, que ensina e dita os modos certos e errados de pensar, sentir, temer, acreditar e desejar. (KELNNER, 2001, p.11) Sendo assim, ao evitar os posicionamentos dos índios sobre o ocorrido, o cibermeio demonstra parte de uma realidade, transformando a voz dos ruralistas como verdade absoluta e impedindo a superação do pensamento do norte colonizador presente no imaginário coletivo da sociedade.

Considerações finais

Por entrar em conflito com a visão etnocêntrica, predominante no mundo ocidental, os índios representam para uma parcela expressiva da sociedade um atraso



social e, principalmente, econômico. Por ser diferente e não estar em acordo com a visão capitalista predominante, a sociedade acaba levando-os à marginalização, que impede o entendimento de sua cultura. Como consequência, ocorre-se, então, a má interpretação de suas atitudes por parte da sociedade, que os interpretam como selvagens, preguiçosos e, até mesmo, um empecilhos para o desenvolvimento.

A onipresença do discurso ruralista na cobertura dos fatos demonstra uma abordagem realizada de forma preconceituosa e com base no senso-comum. Tal postura contribui para o apoio aos agricultores e, conseqüentemente, para o desmerecimento das reivindicações indígenas. Diante desta perspectiva, a ausência da voz do índio e a abordagem equivocada do fato não permitem uma análise global do assunto, o que dissimula a compreensão do fato e direciona as atitudes da sociedade.

Vale salientar que as mídias locais, em decorrência de sua proximidade, tomam para si um papel importante na construção e na manutenção das identidades regionais. Por isso, aquilo que é apresentado pelo local é visto pela população como representação real do fato. E se esta demonstra a visão de apenas uma vertente, logo, o discurso predominante torna-se a única verdade, o que dá poder para os grupos hegemônicos direcionem as reflexões em relação ao acontecimento com base em seu posicionamento.

As consequências de tais atos acarretam em um decisões políticas do país que oprimem os direitos das minorias em favor de uma classe dominante. O caso abordado por este artigo demonstra tal fato, pois a “invisibilidade” do índio pela sociedade fez com que suas terras fossem invadidas por brancos no decorrer da colonização do estado do Mato Grosso do Sul.

Esta unilateralidade dos discursos do cibermeio estudado demonstram a falta de pluralidade de saberes que oprime o diferente, reforça preconceitos e diminui o entendimento das questões indígenas. Existe um contexto histórico, antropológico, ambiental, espiritual que os meios de comunicação não podem simplesmente esgotar e transcrever apenas o conflito acalorado do momento, com a utilização de expressões supostamente ingênuas, mas, que na verdade são pensadas para reforçar o estado de colonizado e colonizador de cada sujeito descrito. Portanto, as mídias podem e devem pensar para além dos relatos unilaterais do conflito, afinal, a realidade que nos é dada nada mais é que uma das muitas possibilidades.



Através de um jornalismo imparcial, pode-se reduzir o preconceito frente aos indígenas como também auxiliar na resolução dos conflitos através da apresentação de diversas óticas sobre o mesmo assunto. Por isso, ao permitir uma maior democratização dos discursos, os meios de comunicação transformam o modo de enxergar o diferente na sociedade, o que contribui para a o entendimento de outras culturas. Portanto, uma abordagem que demonstrem os dois lados dos envolvidos em conflitos de terra colabora para uma maior compreensão das questões que o tema engloba.

REFERÊNCIAS

- BRAND, Antonio J. **O confinamento e seu impacto sobre os Paí-Kaiowá**. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.
- CASTELLS, Manuel. **Internet e sociedade em rede**. In: MORAES, Dênis de (Org). Por uma outra comunicação. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 255-287
- CORREIA, João Carlos. **A Teoria da comunicação de Alfred Schutz**. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- GALLOIS, Dominique Tilkin. **Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?** In: FANY, Ricardo. (Org.). Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza. 1 ed. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p. 37-41.
- JUNIOR, José Arbex. **Uma outra comunicação é possível (e necessária)**. In: MORAES, Dênis de (Org). Por uma outra comunicação. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 385-400.
- KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru, SP: EDUSC, 2001. p. 11-76
- LANDA, Beatriz dos Santos. **Os Ñandeva/Guarani e o uso do espaço na Terra Indígena Porto Lindo, município de Japorã/MS**. Tese de Doutorado. Porto Alegre, PUCRS, 2005.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia do Século XXI: Novas formas de Desenvolvimento**. São Paulo: Empório do Livro, 2009. p. 121-148.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Globalização comunicacional e transformação cultural**. In: MORAES, Dênis de (Org). Por uma outra comunicação. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 57-86.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro: 2009.
- RAMOS, Alcida Rita. **Sociedades Indígenas**. São Paulo - SP: Ática, 1988;
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.



SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes.** In: Novos Estudos: Cebrap, 79, Novembro de 2007. p.71-94

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Porque é tão difícil construir uma teoria crítica? In: Revista Crítica de Ciências Sociais.** Coimbra: Centro de Estudos Sociais, n. 54, junho, 1999. p. 197-215.

SODRÉ, Muniz. **O globalismo como neobarbárie.** In: MORAES, Dênis de (Org). Por uma outra comunicação. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 21-40